



BANCO  
CARREGOSA



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS A 30 DE JUNHO 2010



**Balanço em Base Individual (NCA)**

(valores em euros)

	Notas / Quadros anexos	30-06-2010			30-06-2009
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2	Valor Líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2,237,224		2,237,224	454,414
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	14,719,587		14,719,587	5,319,601
Activos financeiros detidos para negociação	5	30,246,178		30,246,178	15,943,653
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	4,164,665		4,164,665	3,808,684
Aplicações em instituições de crédito	7	24,071,765		24,071,765	9,532,127
Crédito a clientes	8	6,020,982	(32,062)	5,988,921	4,830,471
Investimentos detidos até à maturidade		-		-	-
Activos com acordo de recompra		-		-	-
Derivados de cobertura		-		-	-
Activos não correntes detidos para venda	9	175,000		175,000	175,000
Propriedades de investimento		-		-	-
Outros activos tangíveis	10	3,016,054	(2,096,181)	919,873	985,722
Activos intangíveis	10	1,130,843	(800,163)	330,680	140,188
Investimentos em associadas e filiais	11	1,294,388		1,294,388	1,005,096
Activos por impostos correntes	12	8,684		8,684	102,879
Activos por impostos diferidos	12	66,602		66,602	111,938
Outros activos	13	1,619,092		1,619,092	969,832
<b>Total de Activo</b>		<b>88,771,064</b>	<b>(2,928,406)</b>	<b>85,842,658</b>	<b>43,379,605</b>

**Balanço em Base Individual (NCA)**

(valores em euros)

<b>Passivo e Capital</b>	<b>Notas / Quadros anexos</b>	30-06-2010	30-06-2009
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Recursos de outras instituições de crédito	14	27,788,790	96,143
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	25,234,760	17,260,020
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Provisões	16	60,503	89,343
Passivos por impostos correntes		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-
Outros passivos subordinados		-	-
Outros passivos	17	12,690,254	6,576,175
<b>Total de Passivo</b>		<b>65,774,307</b>	<b>24,021,682</b>
<b>Capital</b>			
Capital	18	17,500,000	17,500,000
Prémios de emissão	19	369,257	369,257
Outros instrumentos de capital		-	-
Acções próprias		-	-
Reservas de reavaliação	19	157,959	(155,819)
Outras reservas e resultados transitados	19	1,972,250	1,154,448
Resultado do exercício	19	68,886	490,038
Dividendos antecipados		-	-
<b>Total de Capital</b>		<b>20,068,351</b>	<b>19,357,924</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>85,842,658</b>	<b>43,379,605</b>



### Demonstração de Resultados em Base Individual (NCA)

€

	Notas/ Quadros anexos	30-06-2010	30-06-2009
Juros e rendimentos similares	20	1,221,865	1,041,531
Juros e encargos similares	20	(291,288)	(302,982)
<b>Margem financeira</b>		<b>930,577</b>	<b>738,549</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	21	4,171,340	2,794,143
Encargos com serviços e comissões	21	(1,830,078)	(1,334,793)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	22	(830,844)	1,471,057
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	23	509,984	76,258
Resultados de reavaliação cambial	24	550,828.00	(173,606)
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	25	(57,237)	(88,014)
<b>Produto da actividade</b>		<b>3,444,569</b>	<b>3,483,593</b>
Custos com pessoal	26	(1,655,772)	(1,141,115)
Gastos gerais administrativos	27	(1,336,088)	(1,331,679)
Depreciações e amortizações	28	(239,049)	(190,155)
Provisões líquidas de anulações		(3,827)	(27,261)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		835	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	(1,531)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>210,667</b>	<b>791,852</b>
Impostos			
Correntes	29	(141,781)	(301,814)
Diferidos	29	0	0
<b>Resultado após impostos</b>		<b>68,886</b>	<b>490,038</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0



### Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 30 de Junho de 2010

(valores em euros)

Contas	Saldo 31-12-2009	Aumentos	Tranferências	Diminuições	Saldo 30-06-2010
Capital realizado	17,500,000				17,500,000
Prémio de emissão	369,257	0			369,257
Reserva valorização ao justo valor	(86,677)	138,693			52,016
Reserva de variações cambiais	0	105,943			105,943
Reserva legal	333,597		101,593		435,190
Outras reservas	288,988				288,988
Resultados transitados	543,736		914,335	(210,000)	1,248,071
Outras reservas e resultados transitados	1,166,321	0	1,015,928	(210,000)	1,972,249
Resultado líquido do exercício	1,015,928	68,886	(1,015,928)		68,886
<b>Total Capitais Próprios</b>	<b>19,964,829</b>	<b>313,522</b>	<b>0</b>	<b>(210,000)</b>	<b>20,068,351</b>



ANEXO IV

**Outros Activos Intangíveis e Tangíveis em 30 de Junho de 2010**

(valores em euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Regularizações			Valor aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 30.06.2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Activos Intangíveis												
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	894,989	756,049	216,663	44,115	0	0	0	0	1,111,652	44,115	800,164	311,488
Activos Intangíveis em curso (Software)	19,192	0	0	0	0	0	0	0	19,192	0	0	19,192
Activos Tangíveis												
Equipamento	2,858,517	1,901,246	122,104	194,935	0	0	0	0	2,980,622	194,935	2,096,181	884,441
Património artístico	35,432	0	0	0	0	0	0	0	35,432	0	0	35,432
<b>TOTAIS</b>	<b>3,808,130</b>	<b>2,657,295</b>	<b>338,767</b>	<b>239,050</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4,146,897</b>	<b>239,050</b>	<b>2,896,345</b>	<b>1,250,553</b>
	V	V	V	V								

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. **INFORMAÇÃO GERAL**

O Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída em 1994.

Em **Novembro de 2006**, a L. J. Carregosa apresentou ao Banco de Portugal um pedido de autorização para a fusão por incorporação das sociedades Personal Value – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e L.J. Carregosa & Companhia, Lda. e por este aceite em 19 de Junho de 2008.

Conforme escritura da fusão, as operações contabilísticas consideraram-se efectuadas por conta da sociedade incorporante, o Banco L. J. Carregosa, S.A., a partir da data de aprovação pelo Banco de Portugal supra referida.

Com a alteração da sociedade, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e o exercício de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei.

Em concordância com o projecto de expansão, o Banco Carregosa adquiriu já no exercício de 2010, participações nas Sociedades LISBON BROKERS, SA e FMP,SGPS, mais concretamente em **04 de Março**.

2. **BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

2.1. **Bases de apresentação e comparabilidade**

As demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

A Sociedade apresentou as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA's pela primeira vez no exercício de 2006. As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Provisionamento do crédito concedido – é mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;
- ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Conforme estabelecido na IAS 39 e IAS 21 os ganhos e perdas cambiais, relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, são reconhecidos directamente em capital próprio, numa rubrica de reservas.

### 2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

#### a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

#### b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

#### c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se encontrem sujeitas a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital numa rubrica de reservas. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

#### d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entende-se por “créditos a clientes e valores a receber de outros devedores”, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

### e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. A venda dos bens registados nesta rubrica deverá ocorrer até um período máximo de um ano após o registo inicial.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

### f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos quando considerado adequado.

- Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos de abertura de crédito em conta corrente.

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

EQUIPAMENTO	ANOS
Equipamento de transporte	4 - 8
Mobiliário e material	8 - 16
Equipamento informático	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	5 - 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis, são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, filiais dentro do perímetro de supervisão do Banco de Portugal e consolidação pelo método da equivalência patrimonial para as restantes filiais.

j) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes. Outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

### k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### l) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

### m) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

### n) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

São registados impostos diferidos passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

### o) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Para cobertura destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização de Pensões.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método *Projected Unit Credit*, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações emitidas no mercado nacional por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço “corredor”, até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, a sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e prémio de antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de Outros passivos.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

### 2.3. Gestão do risco

#### 2.3.1. Função de Gestão do Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- As podermos homogeneizar e comparar;
- Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- Analisar as sinergias das operações;
- Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo;

#### 2.3.2. Estrutura Orgânica da Gestão do Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, em 5 de Maio de 2009, delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fidúcia, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco. Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director do *Private Banking*, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras. Das reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva o voto de qualidade em caso de empate.

O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e com as decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa, os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.

O Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A Auditoria Interna, através de uma actuação competente e atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição.

O Departamento de Compliance assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais a que o Banco se encontra sujeito, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

O papel central da Comissão Executiva no organigrama garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio do Director Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. A gestão da rede informática do Banco encontra-se também dotada de políticas de segurança eficazes. O tratamento contabilístico é executado através da aplicação *Smartstream* e a gestão das contas de fornecedores através do programa Primavera, com os devidos níveis de segurança. Em paralelo com os sistemas apresentados utilizam-se ferramentas de análise de risco da *Bloomberg* e da *Reuters*, para o controlo do risco de mercado.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco é um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

### a) Risco de Crédito

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias e derivados.

Para efeitos prudenciais o Banco utiliza o método padrão, conforme definido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal. Não existe ainda nenhum cálculo de probabilidade de incumprimento (PD), nem de perda dado o incumprimento (LGD), dada a falta de histórico.

O Banco analisa o risco de crédito sobre as operações de crédito a clientes, investimentos nas carteiras próprias e nos depósitos à ordem e a prazo.

Por defeito, adoptamos as notações de qualidade creditícia da *Standard & Poor's* para as obrigações e Instituições de crédito onde se encontram os depósitos à ordem e a prazo. Caso não exista esta notação, apuramos a notação dada pela *Moody's* e pela *Fitch*. Prioritariamente tentam-se encontrar notações para as emissões em questão, e em segunda linha as notações dos emitentes. Para administrações centrais e bancos centrais utilizamos as três notações, conforme o definido pelo Aviso nº 5/2007. Estas notações são analisadas mensalmente pelo Departamento de Risco para as posições das carteiras próprias.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A análise de qualidade de crédito nas operações de crédito a clientes não passa pela atribuição de notações standardizadas e é detalhado na Política de Concessão de Crédito. O Regulamento de Crédito estabelece os tipos e categorias de crédito. No mesmo documento a Comissão Executiva delega poderes de decisão sobre créditos a clientes, nominativos, com condições standard e limites até 100.000,00 EUR, para aquisição de valores mobiliários através de conta-corrente caucionada, mantendo a exclusividade de decisão da Comissão Executiva para os outros créditos.

A maior parte destas operações destina-se à aquisição de valores mobiliários e são garantidas por títulos em conta-corrente caucionada, mediante assinatura de contrato standard. As garantias consideradas para este tipo de crédito são valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados avaliadas ao preço de mercado. Operacionalmente compara-se o valor das garantias, após a aplicação de um factor de ajustamento de volatilidade, publicado pela Instituição SaxoBank. Os títulos não incluídos nesta lista têm um ajustamento de volatilidade de 100 %, salvo reduzidas excepções de títulos de dívida e títulos transaccionados na Euronext Lisboa, não transaccionados, nem considerados pelo Banco citado. Quando o valor ajustado das mesmas é igual à dívida, o cliente não pode adquirir mais posições. Quando o valor das garantias, com metade do ajustamento é igual ou inferior à dívida o Departamento de Risco ordena o fecho compulsivo das posições. Dada esta gestão de risco, consideramos apropriado aplicar os métodos regulamentares para apuramento dos ajustamentos de volatilidade para o método integral das cauções financeiras, para efeitos prudenciais. Consideramos ainda que a prazo temos condições para pedir ao Banco de Portugal a redução dos ajustamentos de volatilidade, uma vez que o prazo de desfasamento entre o incumprimento e a execução dos títulos é, no máximo, de um dia.

Os outros créditos a clientes são contratados mediante assinatura de contrato standard ou aprovado pelo Departamento Jurídico. Embora as garantias sejam de elevada importância na decisão, continuam sem ser integradas para efeitos prudenciais, dado o seu reduzido impacto. Neste sentido, e à semelhança do que foi feito nas contas-correntes caucionadas, pretende-se integrar as garantias recebidas, utilizando o mesmo método quando se tratem de títulos negociáveis e outros métodos regulamentares para outros tipos de garantias.

A concentração das contrapartes é gerida pela Comissão Executiva, nomeadamente na decisão da alocação de depósitos a prazo e à ordem, bem como na decisão sobre créditos com valores mais relevantes. Neste sentido, o Departamento de Risco produz um relatório diário incidindo sobre as carteiras próprias e sobre as aplicações em depósitos a prazo, com inclusão de medidas de concentração simples e ponderadas pelo tempo até à maturidade e pela qualidade creditícia da contraparte, alertando ainda para incumprimentos relativamente aos limites de discricionariedade de gestão delegados ao Director Financeiro. Dada a nossa actividade, torna-se difícil reduzir a concentração relativamente a sectores de actividade. A manutenção de elevados valores em Depósitos à Ordem e a Prazo, provoca concentração no sector financeiro, cujo baixo risco inerente aos activos deve ser considerado em qualquer análise.

### b) Risco de Mercado

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Dentro deste risco consideramos os subtipos de risco de taxa de juro, cambial e de liquidação dada a relação próxima na sua gestão.

O Banco mantém aplicações nos mercados financeiros através das suas carteiras próprias de activos avaliados ao justo valor e de activos disponíveis para venda, conforme o Aviso 8/2007, registado de acordo com as IAS 36, 38 e 39. A avaliação destas carteiras é feita no Coolbiz várias vezes ao dia, sempre que a cotação esteja disponível. Contabilmente, registam-se ambas as carteiras ao justo valor. As perdas ou ganhos não realizados são levados a reservas no caso de activos disponíveis para venda e a resultados no caso de títulos avaliados ao justo valor.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Dada a inclusão dos subtipos de risco indicados acima, encontramos ainda risco de taxa de juro nos depósitos a prazo activos e passivos, créditos e em títulos de dívida nas carteiras próprias.

O risco cambial é analisado pela exposição total do Banco a moeda externa e é gerido através de posições de FOREX, de forma a manter uma exposição reduzida.

O risco de liquidação, que é um risco mais misto, entre risco de crédito, mercado e operacional, incide sobre as liquidações de operações executadas pelo Banco, mais propriamente naquelas em que há lugar à liquidação externa. Quando as liquidações destas operações se atrasam (para lá da data-valor prevista), registamos liquidações simétricas às originais em contas do Banco, idênticas em termos técnicos, às de clientes. Quando há lugar à liquidação destas operações anulam-se estes movimentos com a data-valor da liquidação efectiva. Para efeitos prudenciais reportam-se as perdas potenciais (e apenas as perdas) que possam advir da recompra ou revenda das operações no mercado. A gestão deste risco é do Departamento de Operações nos procedimentos de liquidações de operações de bolsa e passa pelas conciliações bancárias e pela confirmação de operações e liquidações dos custodiantes e brokers utilizados. Dentro do risco de liquidação o risco de transacções incompletas é eliminado, uma vez que as liquidações externas se fazem sempre por entrega contra pagamento.

Para controlo do risco de mercado o Banco dispõe de um sistema de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para posições das carteiras próprias a nível diário, no relatório de risco diário da carteira própria, relativamente a risco de crédito e de mercado, específico e geral. Neste relatório inclui-se ainda:

- a análise de valores em risco (*VAR*), pelo método histórico a 3 anos, com horizonte de uma semana e nível de confiança de 95 %, para cada carteira, pelas ferramentas da Bloomberg;
- a *duration* média e a qualidade creditícia média das posições de cada carteira;
- a posição em moeda externa;
- a concentração simples por emitente e a concentração ponderada por factores relativos à qualidade creditícia e ao prazo até à maturidade;
- a apresentação das violações dos limites definidos pela Comissão Executiva para posições e operações da carteira própria e depósitos a prazo.

Mensalmente o Banco apura ainda os valores em risco por carteira pelos mesmos métodos, mas com horizonte temporal de um mês e 3 meses, com nível de confiança a 95 % e 99 %.

Mensalmente o Banco testa o impacto a um ano sobre as obrigações da carteira bancária e de negociação da variação de todas as taxas de juro a 25 p.b., 50 p.b., 100 p.b. e 200 p.b., com recurso a ferramentas da *Bloomberg*.

### c) Risco Operacional

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Dentro deste tipo de risco assumimos todos os riscos não considerados dentro do risco de mercado ou do risco de crédito.

Ao nível técnico, é de sublinhar o forte investimento da sociedade na informatização e em consequência desta política a disponibilidade de um sistema com elevada flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O risco operacional está a ser trabalhado ao nível do projecto de Basileia II. No decurso deste projecto e em prol de uma adequada estimação deste risco foram documentados todos os procedimentos e processos relevantes, trabalho que foi utilizado para o Código do Banco Carregosa. Relacionado com estes documentos, criou-se uma matriz de risco e mitigações, conforme as definições de Basileia II. Os controlos apontados enquanto ferramentas mitigadoras do risco estão a ser testados por uma Consultora externa, que está a auxiliar o Banco neste projecto. Com relação aos riscos apontados criou-se uma base de dados onde são registadas todas as ocorrências de risco, com as respectivas observações, classificações e medidas. Pretende-se, em primeira linha, com isto:

- Criar uma base para monitorizar a matriz;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação deste risco destacam-se as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores.

### c1) Risco de Sistemas de Informação

Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever, ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Assim, reconhecendo a “informação” como um activo valioso, o Banco Carregosa tem implementado sistemas sofisticados segurança e de cópias de segurança, quer ao nível de servidores, quanto ao nível de comunicações com redundâncias de máquinas e linhas telefónicas, entre outros.

Como suporte à prática actualmente em vigor, a estrutura informática do Banco e o seu uso está regulamentado através da Política de Uso dos Computadores, de conhecimento dos colaboradores. Os sistemas de redundância e de contingência são apresentados no Plano de Continuidade de Negócio.

### c2) Risco Estratégico

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações no meio envolvente (risco da estratégia do negócio), bem como de alterações no ambiente de negócios da instituição (risco de alterações no meio envolvente).

Para controlar este risco, o Banco obedece a um processo de decisão estratégica, onde o Conselho de Administração cria as linhas directrizes de prazo mais alargado. A Comissão Executiva, com o acompanhamento directo do Director Central, cria as linhas directrizes de mais curto prazo. Estas decisões surgem das discussões da Comissão Executiva com a Direcção, a quem compete analisar as oportunidades de negócio e crescimento do Banco, necessidades de investimento em áreas de controlo, suporte e gestão, bem como o alinhamento desses factores às directrizes estratégicas internas.

### c3) Risco de Compliance

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta,

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações.

O Código do Banco Carregosa ocupa um lugar central na mitigação do risco de Compliance. O Código é composto por vários documentos sobre todas as actividades do Banco, incluindo a própria gestão de normativos internos. Cada documento criado ou alterado é revisto, sempre que possível por todos os Departamentos intervenientes, e aprovado por entidades com poderes compatíveis com o nível hierárquico do documento. A gestão do Código é da atribuição do Departamento de Compliance, que deve avaliar a sua adequação e cumprimento e estudar as alterações às normas legais em vigor e seu impacto no Banco, com o auxílio dos Departamentos intervenientes. O Código encontra-se ao acesso de todos os Colaboradores e Funcionários, actualmente no disco Público e futuramente no Portal do Colaborador.

Dentro do controlo do cumprimento das normas em vigor é dada especial atenção aos reportes às entidades de Supervisão e às obrigações fiscais. Neste sentido o Departamento de Compliance mantém a listagem de todos os relatórios com informação detalhada auxiliando os Departamentos responsáveis pela sua elaboração. A este nível o Departamento mantém também as correspondências trocadas com estas entidades.

A análise da adequação e cumprimento dos procedimentos depende acima de tudo do contributo de todos os Departamentos, tanto pela identificação das dificuldades na sua execução, como pela apresentação de falhas em serviços entre Departamentos. Uma vez que a gestão de reclamações e sugestões de clientes se encontra a cargo do Compliance, as críticas recebidas fornecem pistas para analisar alguns procedimentos, seja pelo Compliance, pela Auditoria Interna ou pelo Risco.

Neste âmbito, as acções de formação coordenadas pelo Departamento de Recursos Humanos desempenham também um papel fulcral.

No controlo das responsabilidades perante terceiros, o Banco dá especial atenção ao correcto preenchimento dos contratos, em especial os de abertura de conta. Estes últimos, para além de serem aprovados tecnicamente pelo Director de Operações são ainda assinados e controlados por dois membros da Comissão Executiva. Os contratos de empresas e não residentes são ainda revistos pelo Compliance antes de serem enviados para a Comissão Executiva e 5 % das aberturas de conta são revistas mensalmente, pelo mesmo Departamento. Para além do exposto, todos os contratos do Banco seguem modelos estandardizados e aprovados pelo Departamento Jurídico.

Destaca-se ainda que durante 2009 todos os relatórios para clientes foram revistos pelo Departamento de Marketing com o Departamento de Operações, melhorando assim a informação produzida para os clientes.

No ano de 2010 foi contratado um sistema de AML, que nos permitirá adaptar às melhores práticas de prevenção de branqueamento de capitais. Compreendemos a importância desta ferramenta, assumindo a probabilidade de ocorrência destes casos, dadas as características das nossas actividades principais, da incidência de clientes profissionais liberais ou sem actividade remunerada e da preponderância de clientes cujo relacionamento se faz on-line.

As acções desenvolvidas e a desenvolver pela Função de Compliance encontram-se detalhadas e descritas no “Relatório Anual 2010 de Controlo Interno” apresentado ao BdP e referente a 30 de Junho deste ano.

### c4) Risco de Reputação

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral. Este risco poderá afectar a capacidade da instituição estabelecer novas relações com os seus clientes, contrapartes, colaboradores e investidores, assim como de manter os relacionamentos



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

existentes, podendo conduzir não só a perdas financeiras directas e imediatas, mas também a processos litigiosos, à erosão da base de clientes, à dificuldade na obtenção de recursos ou à saída de colaboradores-chave.

O Risco de Reputação é tratado pelo Banco através da análise dos Departamentos de Compliance, Comunicação, Marketing e dos Departamentos que têm a seu cargo funções comerciais. Encontra-se em curso a sistematização do tratamento deste risco por níveis de gravidade, que será acrescentada ao Plano de Continuidade de Negócio.

### c5) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. Dada esta postura, o Banco sente que o risco de acesso ao mercado se torna despiciente. O ALCO analisa mensalmente o *mismatch* das operações activas e passivas sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
3	<b>CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS</b> Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	2 237 224	454 414
4	<b>DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b> Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias No País Em Outros Países Organismos Financeiros Internacionais	7 107 503 7 612 084 0	4 413 578 906 023 0
		<b>14 719 587</b>	<b>5 319 601</b>
5	<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b> Títulos de negociação	30 246 178	15 943 653
6	<b>ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b> Instrumentos de Dívida Emitidos por Residentes De dívida Pública Portuguesa De Outros Residentes  Emitidos por não Residentes Emissores Públicos Estrangeiros Outros  Instrumentos de Capital  Outros	2 304 571 0 <b>2 304 571</b>  0 1 552 494 <b>1 552 494</b>  <b>307 600</b>  0	17 238 234 714 <b>251 952</b>  0 3 499 218 <b>3 499 218</b>  <b>0</b>  <b>57 514</b>
		<b>4 164 665</b>	<b>3 808 684</b>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos passaram a classificados nesta rubrica em Setembro de 2008, quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 30 de Junho de 2010, o ganho registado em reservas de reavaliação ao justo valor é de 138.693 Euros (Nota 19).

Em 30 de Junho de 2010 encontra-se também registado, na rubrica reserva de variações cambiais, um ganho no montante de 105.943 Euros, referente às diferenças cambiais de financeiros disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira (Nota 19).

Caso a reclassificação destes activos não tivesse sido efectuada, as variações ao justo valor dos activos e as diferenças cambiais teriam um impacto conjunto no decréscimo dos resultados, do exercício de 2010, no montante de 244.636 Euros.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**6.1**

**DISTRIBUIÇÃO DOS ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

6.1.1 Pais Origem		6.1.2 Sector Actividade		6.1.3 Tipo Activo		6.1.4 Rating	
Zona Euro	2 614 976	Adm. Publica	2 304 571	Divida Soberana	2 304 571	Tipo A	2 304 571
Brasil	767 629	Financeiro	1 860 094	Divida Subordinada	1 552 494	Tipo B	798 122
Ilhas Cayman	581 465	Energia	0	Inst. Capital	307 600	Sem Rating	1 061 972
Reino Unido	172 907	Petrolífero	0	Divida Sénior	0		
Ilha de Jersey	27 688	Outros	0	Fundo Invest.	0		
<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>

**Notas**

**DESIGNAÇÃO DA RUBRICA**

**30-06-2010**

**30-06-2009**

<b>7</b>	<b>APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	Aplicações		
	No país		
	Em outras Instituições de Crédito	23 968 380	9 495 000
	Em proveitos a receber	103 384	37 127
	Em Outros Países		
	Em proveitos a receber	0	0
		<b>24 071 765</b>	<b>9 532 127</b>
<b>8</b>	<b>CRÉDITOS A CLIENTES</b>		
	Crédito em conta corrente		
	Crédito interno	4 898 306	4 539 346
	Crédito ao exterior	1 089 133	289 059
	Outros Créditos		
	Créditos e Juros Vencidos		
	Crédito Interno e Juros Vencidos	33 544	52 210
		<b>6 020 982</b>	<b>4 880 615</b>
	Provisões para Crédito e Juros Vencidos		
		<b>( 32 062)</b>	<b>( 50 144)</b>
		<b>5 988 921</b>	<b>4 830 471</b>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 30 de Junho de 2010, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 60.503 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 16).

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**9** **ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA**

	Saldos 30-06-2009	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 30-06-2010
Imóveis	175 000	0	0	0	0	175 000
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	<u>175 000</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>175 000</u>

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim.

Durante os anos de 2009 e 2010 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

**10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Os movimentos e saldos em 30 de Junho de 2010 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

**11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS**

No primeiro semestre de 2010, ocorreu uma variação nesta rubrica, a que corresponde um investimento total no montante de 289.379 Euros. O detalhe dos investimentos em filiais associadas e outras, está decomposto como segue:

<b>INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS</b>						
Filiais, Associadas e Outras	% Participação	Valor Participação	Total Cap. Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios Ajust NCA'S	Res.Líquido Ajust.NCA's
CoolLink, Lda	50%	25 000	77 612	20 750	77 612	20 750
Górdio	49%	980 000	(99 230)	(785)	1 898 467	(785)
Lisbon Brokers, SA	34,95%	108 100	(29 048)	(338 302)	(29 048)	(338 302)
FMP SGPS	76,5%	181 279	1 485 114	(3 929)	1 485 114	(3 929)
Outras - Residuais	-	9	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<u>1 294 388</u>	<u>1 434 448</u>	<u>(322 266)</u>	<u>3 432 144</u>	<u>(322 266)</u>



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As participações nas sociedades CoolLink, Lda e Górdio, S.A. foram registadas, em 31 de Dezembro de 2008, no Balanço consolidado pelo método de consolidação integral. As restantes, Lisbon Brokers, SA e FMP, SGPS foram adquiridas em 4 de Março de 2010, sendo também objecto de consolidação pelo mesmo método.

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
12	<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS</b>		
	Activos por Impostos Correntes		
	IRC a Recuperar	<b>8 684</b>	<b>102 879</b>
	Activos por impostos diferidos		
	Diferenças temporárias		
	Activos Tangíveis	9 002	13 521
	Activos Intangíveis	6 739	4 341
	Prejuízos Fiscais	50 861	94 076
		<b>66 602</b>	<b>111 938</b>

Os prejuízos fiscais resultaram do processo da fusão, sendo o respectivo imposto diferido activo registado no pressuposto da recuperabilidade dos prejuízos.

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
13	<b>OUTROS ACTIVOS</b>		
	Outras disponibilidades		
	Devedores e Outras Aplicações		
	Devedores por operações s/futuros e opções	13	13
	Aplicações Diversas	82 233	0
	Sector Público Administrativo	81 946	62 874
	Devedores Diversos	389 552	94 483
	Outros Activos	10 223	10 223
	Outros Juros e Rendimentos Similares	0	0
	Outros Rendimentos a Receber	0	0
	Obrigações do Tesouro	69 577	8 658
	Outras Obrigações	386 224	392 574
	Comissões por Serviços Prestados	510 853	329 846
	Despesas com Encargo Diferido	0	0
	Comissões Pagas	0	0
	Seguros	11 798	5 593
	Contribuições Fundo Garantia Depósito	50 000	50 000
	Outras Despesas com Encargo Diferido	26 673	15 568
	Outras contas de Regularização	0	0
		<b>1 619 092</b>	<b>969 832</b>



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
14	<b>RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	Recursos de Instituições Crédito no País		
	Descobertos em Depósitos à Ordem	3 021 030	0
	Outros Recursos	4 697	75 716
		<b>3 025 727</b>	<b>75 716</b>
	Recursos de Instituições Crédito no Estrangeiro		
	Descobertos em Depósitos à Ordem	6 100 884	0
	Depósitos à Ordem	18 662 180	0
	Outros Recursos	0	20 427
		<b>24 763 064</b>	<b>20 427</b>
		<b>27 788 790</b>	<b>96 143</b>
15	<b>RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS</b>		
	Recursos de Clientes		
	Depósitos		
	De Residentes		
	À ordem	5 270 636	1 607 969
	A prazo	15 943 424	14 646 432
	De não residentes	0	0
	À ordem	433 869	662 273
	A prazo	3 450 033	194 905
		<b>25 097 962</b>	<b>17 111 579</b>
	Juros de Recursos de Clientes		
	Depósitos	136 798	148 441
		<b>136 798</b>	<b>148 441</b>
		<b>25 234 760</b>	<b>17 260 020</b>

16. **MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE, E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER**

No semestre de 2010 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

<b>MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADES E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER</b>					
PROVISÕES	SALDOS 31-12-2009	DOTAÇÕES	UTILIZAÇÕES TRANSFERÊNCIAS AJUSTAMENTOS	ANULAÇÕES REPOSIÇÕES	SALDOS 30-06-2010
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	32 780	3 224	116	(4 058)	32 062
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	56 600	35 670	76	(31 843)	60 503
Outras Provisões	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>89 380</b>	<b>38 894</b>	<b>192</b>	<b>(35 901)</b>	<b>92 565</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
17	<b>OUTROS PASSIVOS</b>		
	Credores e Outros Recursos		
	Fornecedores	127 052	79 524
	Fornecedores Bens em Locação Financeira	20 013	10 171
	Credores por Operações sobre valores Mobiliários	2 546 567	3 175 271
	Outros Credores	37 884	188 137
	Outros Recursos	8 297 312	1 407 227
	Sector Público Administrativo	143 982	76 393
	Contribuições para a Segurança Social	48 052	57 009
	Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	24 845	11 503
	Sindicatos	4 572	2 105
		<b>11 250 279</b>	<b>5 007 341</b>
	Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios	<b>244 065</b>	<b>249 153</b>
	Encargos a pagar		
	Serviços bancários prestados por terceiros	1 193	0
	Remunerações a pagar ao Pessoal	362 701	285 844
	Outros encargos a pagar	134 406	273 056
		<b>498 300</b>	<b>558 900</b>
	Receitas com rendimento diferido		
	Outras receitas	69	0
		<b>69</b>	<b>0</b>
	Operações a regularizar	<b>697 540</b>	<b>760 782</b>
		<b>12 690 254</b>	<b>6 576 175</b>

18. **CAPITAL SOCIAL**

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. **OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010:

<b>MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADES E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER</b>					
<b>PROVISÕES</b>	<b>SALDOS 31-12-2009</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>DIMINUIÇÕES</b>	<b>SALDOS 30-06-2010</b>
<b>Capital Realizado</b>	<b>17 500 000</b>				<b>17 500 000</b>
<b>Prémios de Emissão</b>	<b>369 257</b>				<b>369 257</b>
<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>(86 677)</b>	<b>244 636</b>			<b>157 959</b>
Reserva valorização ao justo valor	(86 677)	138 693			52 016
Reserva variações cambiais	0	105 943			105 943
<b>Outras Reserv. e Result. Trans.</b>	<b>1 166 321</b>	<b>0</b>	<b>1 015 928</b>	<b>(210 000)</b>	<b>1 972 249</b>
Reserva legal	333 597		101 593		435 190
Resultados Transitados	543 736		914 335	(210 000)	1 248 071
Outras Reservas	288 988				288 988
<b>Total Reservas e RT</b>	<b>1 079 644</b>	<b>244 636</b>	<b>1 015 928</b>	<b>(210 000)</b>	<b>2 130 208</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>1 015 928</b>	<b>68 886</b>	<b>(1 015 928)</b>		<b>68 886</b>
<b>Totais Capitais Próprios</b>	<b>19 964 829</b>	<b>313 522</b>	<b>0</b>	<b>(210 000)</b>	<b>20 068 351</b>

<b>Notas</b>	<b>DESIGNAÇÃO DA RUBRICA</b>	<b>30-06-2010</b>	<b>30-06-2009</b>
20	<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		
	Juros e rendimentos similares de:		
	Juros de Disponibilidades	313 507	172 613
	Juros de Clientes e Outras Aplicações	908 358	868 917
		<b>1 221 865</b>	<b>1 041 531</b>
	Juros e Encargos Similares de:		
	Recursos de Outras Instituições de Crédito	3 452	4 137
	Juros de Credores e Outros Recursos	287 836	298 845
		<b>291 288</b>	<b>302 982</b>
		<b>930 577</b>	<b>738 549</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
21	<b>RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
	Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
	Garantias e avales	1 181	0
	Depósito e guarda de valores	8 970	34 444
	Cobrança de Valores	29 021	39 737
	Administração de Valores	93 678	17 931
	Operações de crédito	400	0
	Outros Serviços Prestados	122 367	( 5 136)
	Operações realizadas por conta de Terceiros	3 907 120	2 706 319
	Outras comissões recebidas	8 603	847
		<b>4 171 340</b>	<b>2 794 143</b>
	Encargos com serviços e comissões por:		
	Depósito e guarda de valores	15 701	12 190
	Cobrança de valores	36	90
	Outros serviços bancários prestados por terceiros	6 111	14 023
	Operações realizadas por terceiros	1 808 230	1 308 489
		<b>1 830 078</b>	<b>1 334 793</b>
		<b>2 341 262</b>	<b>1 459 350</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
22	<b>RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS</b>		
	Ganhos em:		
	Activos financeiros detidos para negociação		
	Títulos	3 822 845	3 007 562
	Futuros e Outras operações a Prazo	225 484	1 527
		<b>4 048 329</b>	<b>3 009 089</b>
	Perdas em:		
	Activos Financeiros detidos por Negociação		
	Títulos	4 308 942	1 537 833
	Futuros e Outras Operações a Prazo	570 232	199
		<b>4 879 174</b>	<b>1 538 032</b>
		<b>( 830 844)</b>	<b>1 471 057</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
23	<b>RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
	Ganhos em:		
	Activos financeiros disponíveis para venda		
	Títulos	576 023	669 752
		<b>576 023</b>	<b>669 752</b>
	Perdas em:		
	Activos financeiros disponíveis para venda		
	Títulos	66 040	593 493
		<b>66 040</b>	<b>593 493</b>
		<b>509 984</b>	<b>76 258</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
24	<b>RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL</b>		
	Ganhos em:		
	Diferenças cambiais		
	Outros itens em moeda estrangeira	838 234	249 701
		<b>838 234</b>	<b>249 701</b>
	Perdas em:		
	Diferenças cambiais		
	Outros itens em moeda estrangeira	287 407	423 308
		<b>287 407</b>	<b>423 308</b>
		<b>550 828</b>	<b>( 173 606)</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
25	<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
	Ganhos em:		
	Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	70 950	9 239
	Outros	<b>70 950</b>	<b>9 239</b>
	Perdas em:		
	Outros impostos	15 674	8 904
	Quotizações e donativos	9 888	3 152
	Contribuições Fundo Garantia Depósitos	17 500	0
	Contribuições Sistema Indemnização aos Investidores	2 500	0
	Perdas em Activos não Financeiros	0	2 991
	Outros encargos e gastos operacionais	82 625	82 207
		<b>128 187</b>	<b>97 254</b>
		<b>( 57 237)</b>	<b>( 88 014)</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
26	<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>		
	Remunerações		
	Dos Órgãos de Gestão	201 696	89 798
	De Empregados	1 087 727	768 462
	Encargos Sociais Obrigatórios		
	Encargos relativos a Remunerações	277 814	186 024
	Fundo de Pensões	0	61 901
	Outros	66 664	6 764
	Outros custos com o pessoal	21 871	28 165
		<b>1 655 772</b>	<b>1 141 115</b>

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o número de colaboradores nos quadros do Banco Carregosa, por categorias profissionais, era o seguinte:

ESTRUTURA	30-06-2010	30-06-2009
Administração	5	5
Direcção	16	7
Técnicos	11	4
Administrativos	14	24
Comerciais	20	18
Outros	5	3
<b>TOTAIS</b>	<b>71</b>	<b>61</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
27	<b>GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS</b>		
	Com fornecimentos:		
	Água, Energia e Combustíveis	38 513	42 338
	Material de Consumo Corrente	5 883	11 466
	Publicações	4 398	4 864
	Material de Higiene e Limpeza	3 463	4 108
	Outros Fornecimentos de Terceiros	23 200	45 830
		<b>75 457</b>	<b>108 606</b>
	Com Serviços:		
	Rendas e Alugueres	145 044	124 681
	Comunicações	147 659	102 896
	Deslocações, estadas e Representação	91 693	117 745
	Publicidade e edição de Publicações	110 030	149 486
	Conservação e Reparação	43 343	35 445
	Seguros	9 055	4 727
	Avenças e Honorários	36 630	101 220
	Judiciais, Contencioso e Notariado	1 826	1 837
	Informática	150 750	152 631
	Segurança e Vigilância	2 117	1 424
	Limpeza	1 425	0
	Assessoria, comunicação e imagem	18 783	17 055
	Informações	135 813	138 281
	Bancos de dados	14 335	7 559
	Estudos e Consultas	20 250	0
	Consultores e Auditores Externos	331 878	219 444
	Traduções	0	5 559
	Outros serviços de terceiros	0	43 084
		<b>1 260 631</b>	<b>1 223 073</b>
		<b>1 336 088</b>	<b>1 331 679</b>

28. **DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES**

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 30 de Junho de 2010, ascenderam a 239.050 Euros.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
29	<b>IMPOSTOS CORRENTES</b>		
	1. <b>Resultado antes de Impostos base NCA's</b>	210 667	791 852
	2. <b>Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama)</b>	26,50%	26,50%
	3. <b>Carga Fiscal Normal (1*2)</b>	55 827	209 841
	<b>4. Efeitos fiscais de gastos que não são dedutíveis</b>		
	4.1 Provisões não dedutíveis	35 670	44 027
	4.2 Amortizações não aceites como custo	0	0
	4.3 Donativos e quotizações	0	0
	4.3 IRC relativo a exercícios anteriores	0	0
	4.4 Mais-valias fiscais	0	0
	4.5 Multas, coimas e Juros Compensatórios	470	0
	4.5 Correções relativas a exercícios anteriores	74 432	0
	4.6 Indemnizações por eventos seguráveis	539	0
	4.7 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
	4.7 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	0	0
	4.7 Outros	6 348	0
		<b>117 459</b>	<b>44 027</b>
	<b>5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis</b>		
	5.1 Redução de provisões tributadas	( 31 843)	(16 766)
	5.2 Fundo de pensões - entregas	0	0
	5.3 Benefícios fiscais	0	0
	5.4 Impacto NCA's	0	0
	5.5 Mais valias contabilísticas	0	0
	5.6 Excesso estimativa imposto	0	0
	5.6 Outros	0	0
		<b>(31 843)</b>	<b>(16 766)</b>
	<b>6. Variações patrimoniais</b>	<b>244 636</b>	<b>394 394</b>
	<b>7. Lucro tributável (1+4+5+6)</b>	<b>540 919</b>	<b>1 213 507</b>
	<b>8. Prejuízo fiscal reportável</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>9. Imposto antes tribut. autón. (7+8)*25%(1º 12500*12,5%)</b>	<b>133 667</b>	<b>301 814</b>
	<b>10. Derrama</b>	<b>8 114</b>	
	<b>11. Imposto Total (9+10)</b>	<b>141 781</b>	<b>301 814</b>
	<b>12. Taxa efectiva (11/1)</b>	<b>67,30%</b>	<b>25,49%</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2006 a 2009 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

### 30. RELATO POR SEGMENTO

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e mais recentemente através do escritório de representação em Espanha não se considera relevante, para já, apresentar o reporte por segmento geográfico.

### 31. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
31	<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>		
	Compromissos perante Terceiros:		
	Resp. potencial para com o sistema de indemn. aos invest.	149 874	91 860
		<b>149 874</b>	<b>91 860</b>
	Responsabilidade por prestações de serviços:		
	De Depósito e guarda de valores	284 731 806	189 381 310
	Valores administrativos pela Instituição	55 499 808	24 180 559
	Outras	21 506 921	13 249 205
		<b>361 738 535</b>	<b>226 811 074</b>
	Serviços prestados por Terceiros:		
	Por depósito e guarda de valores	253 865 243	165 085 176
	Por outros serviços	21 506 921	13 249 205
		<b>275 372 164</b>	<b>178 334 381</b>
	Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
	Garantias pessoais	300 000	300 000
	Garantias reais	16 600	16 600
		<b>316 600</b>	<b>316 600</b>
	Garantias recebidas:		
	Garantias pessoais	300 000	300 000
		<b>300 000</b>	<b>300 000</b>
	Outras rubricas extra-patrimoniais:		
	Créditos abatidos ao activo	1 332 127	1 332 127
	Juros vencidos	10 727	6 570
		<b>1 342 854</b>	<b>1 338 698</b>

### 32. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou de invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador no Banco Carregosa, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2009, foi efectuado pela Pensões Gere – S. G. F. P., S.A.

O valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2009 ascendia a 119.586 Euros.

O montante reconhecido como custo a 30 de Junho de 2010, calculado por estimativa, decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2009, é de 61.901 Euros.

Já após o fecho de contas e preparação das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2010, foi detectada uma incorrecção na relevação contabilística dos desvios actuariais acumulados reportados a 31/12/2009. O ajustamento em causa não tem qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras, pois apenas implica ajustamentos nas subcontas da rubrica '50-RESPONS.C/ PENSOES E OUT.BENEF' que é relevada em 'Outros Passivos' (Ver nota 17).

**33. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Técnico Oficial de Contas

---

Pedro Baldaque

---

A Comissão Executiva

---

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

Paulo Armando Morais Mendes

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

---